

Proletariado e sujeito revolucionário

SÉRGIO LESSA E IVO TONET

São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 12 p.

Estevam Alves Moreira Neto*

Os autores Sérgio Lessa e Ivo Tonet vão além das discussões que se tornaram moda na esquerda e na academia, principalmente em muitos trabalhos na sociologia do trabalho, com um estudo introdutório, mas profundamente provocador, sobre o “grande problema da definição do que seria a classe proletária e do papel histórico de sua revolução” (p.7).

Sustentados por uma leitura imanente da obra Marx – tema discutido por Lessa em *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (2012) – e também apoiados nas obras maduras de G. Lukács e de I. Mészáros, os autores buscam resgatar a analítica de perspectiva ontológica. Esta, sustentada a partir da posição [*Standpunkt*] do objeto, busca resgatar o proletariado como sujeito revolucionário fundamental, isto é, como o carro-chefe do processo revolucionário do qual a classe trabalhadora (os assalariados) e membros de outras classes participam. Assim sendo, superam as leituras de perspectiva gnosiológica (sustentadas no ponto de vista do sujeito) – já criticadas por Tonet em *Educação, cidadania e emancipação humana* (2013) e retomadas, numa proposta mais didática, em *Método científico: uma abordagem ontológica* (2013) – que estão fundamentadas no falso referencial de que o trabalho não é mais o guia adequado para desvelar a processualidade

* Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: estevam@gmail.com.

do “complexo de complexos” (Lukács) que é a organização da vida econômica, política e ideológica das sociedades.

Retomando a tese da obra de Tonet e Nascimento – *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política* (2011) –, os autores apontam que, sem o trabalho como guia ontológico, as esquerdas em geral perderam-se em perspectivas subjetivistas, que buscam nas esferas da política e da ideologia seu ponto de apoio analítico. Tal procedimento, defendem, desloca o debate da avaliação de como superar o trabalho proletário em direção ao trabalho associado, para uma avaliação politicista (ou seja, idealista) sobre os variados experimentos de organização do Estado (reproduzindo, assim, a tese burguesa – já criticada por Marx em 1844 nas *Glosas críticas marginais...* – de que o problema é a forma de governo e não o Estado e seu fundamento numa forma específica de trabalho alienado).

Daí a preocupação dos autores em fazer uma exposição histórica desde as sociedades primitivas até a sociedade capitalista, para demonstrar histórico-ontologicamente o postulado do trabalho como categoria fundante (aquela que funda, não aquela que vem primeiro) do ser social. Portanto, deixando claro desde o princípio que não se está confundindo trabalho com emprego ou assalariamento, mas se está remetendo ao trabalho como “uma atividade sempre manual, pois a única maneira de se transformar a matéria natural é através de processos químicos, físicos ou biológicos, ou seja, por meio de processos também naturais” (p.10).

Lessa e Tonet resgatam o argumento, já anteriormente trabalhado em outra de suas obras – *Introdução à filosofia de Marx* (2011) –, de que a transição para o comunismo é a transição de uma forma particular de trabalho (o trabalho alienado capitalista, o trabalho do proletariado) para outra (o trabalho associado, ou seja, do trabalho livre, consciente, coletiva e universalmente organizado), já que “o modo pelo qual os seres humanos conseguem transformar a natureza determina em larga medida – portanto, não totalmente – a forma como a sociedade se reproduz. Assim, cada modo particular de trabalho funda um modo de produção” (p.10).

Essa fundamentação histórico-ontológica, ainda com o apoio, no nosso entendimento, de três clássicos do marxismo, busca desde o primeiro momento já amarrar a crítica contrária daqueles que abandonaram a esfera da produção, tornando-a secundária na determinação dos caminhos da revolução, em prol da esfera da reprodução social, mais precisamente, da organização partidária (por via parlamentar) e estatal como descaminho para um suposto controle e humanização do capital através da cidadania e da democracia (mais uma concepção burguesa que é reproduzida devido ao não reconhecimento da tese marxiana, resgatada por Mézáros, da incontornabilidade do capital).

Desse modo, os autores voltam a argumentar que o reconhecimento histórico-ontológico de que o trabalho, sendo a categoria fundante de toda forma sociedade, é também a categoria decisiva para o desvelamento da nova forma particular de trabalho e, por conseguinte, também do sujeito revolucionário responsável pela

transição de um modo de produção a outro. Portanto, os autores recolocam novamente o estudo sobre o processo de transição sobre os pés e não mais sobre a cabeça, como em geral a esquerda vem fazendo. Isto é, resgatam a centralidade do trabalho diante centralidade da política.

Esse resgate é de tal importância que permite aos autores retomar, por via da leitura imanente, a obra marxiana de maturidade, *O capital*, buscando a conceitualização de proletariado e de classe trabalhadora estabelecida pelo autor alemão. Em resumo, pois nosso espaço é curto: a) toda a riqueza social ou “o conteúdo material da riqueza social”, como diria Marx, é produzida pela exploração do proletariado feita pela burguesia, portanto, é o proletariado que cria o capital (meios de produção e subsistência) e também valoriza o capital; b) ao lado do proletariado, existe um conjunto de outros trabalhadores que, ao produzirem mais-valia, permitem a acumulação de capital; portanto, valorizam o capital apenas convertendo a riqueza que já existe sob a forma dinheiro para a forma capital; são os trabalhadores produtivos que não são proletários; c) e ainda existem aqueles assalariados que não produzem mais-valia, logo, são improdutivos para o capital, ainda que exerçam uma função importante dentro do trabalhador coletivo (vigilante, capataz, engenheiro de produção, executivo etc.). Por isso, para deixar claro,

o assalariamento sempre implica em alguma forma de exploração e, portanto, de luta de classes. Isto, contudo, em nada diminui o fato de que, no interior dos explorados, há uma classe que, por não viver da exploração de nenhum outro setor, tem uma contradição mais elevada, antagônica, com todo o capital. Esta classe é o proletariado. (p.38-9)

Como tentamos expor nesta resenha, a incompreensão da hierarquia extra-classe (burguesia e proletariado) e intraclasse (proletariado e assalariados) tem sua raiz última no abandono da perspectiva do trabalho. Isso gerou uma esquerda que perdeu a capacidade de apreender as reais mudanças do capitalismo, isto é, o movimento das crises cíclicas para a crise estrutural (desaprendeu a fazer a crítica da ordem do capital), como também a de aprender com seus próprios erros, ou seja, uma esquerda que não soube fazer a autocrítica de suas derrotas a partir da compreensão de como elas estão atreladas ao movimento objetivo do capital e do inadequado uso e desenvolvimento teórico do arcabouço teórico-metodológico marxiano. Uma esquerda que é apenas capaz de conceber a luta de classes (quando ainda se refere a ela) como uma luta pela via parlamentar, pelo “embate eleitoral”, que ocorre dentro dos marcos legalistas, jurídico-políticos estabelecidos pela burguesia – único espaço que é concebível pela *Realpolitik*, pelo pragmatismo político.

Como toda obra de introdução, não se propõe esgotar a questão, mas como finalizam os autores, “se este texto estimular o estudo desta candente questão da teoria revolucionária, nosso limitado objetivo terá sido alcançado” (p.105).

MOREIRA NETO, Estevam Alves. Resenha de: LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Proletariado e sujeito revolucionário. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 12 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.38, 2014, p.181-183.

Palavras-chave: Proletariado; Revolução; Esquerda.